

## Apresentação / Presentation

# Finanças e sociedade

## *Finances and society*

A crise financeira que se disseminou pelo mundo a partir de 2008 colocou em questão a eficácia e a legitimidade dos mecanismos que impulsionaram o espetacular ciclo de crescimento vivido ao longo das duas décadas anteriores, crescimento esse cujos efeitos se fizeram presentes em graus diversos por todo o planeta. A partir da crise, os processos que levaram à financeirização da vida econômica em todas as suas dimensões e o crescimento do consumo com base no crédito acessível a praticamente todos os segmentos sociais deixaram de ser vistos como agentes dinamizadores de um ciclo virtuoso, passando a serem apontados como os grandes vilões das economias nacionais e das economias domésticas.

Nos dias atuais, mesmo nos países em que o crescimento econômico voltou a ocorrer em algum grau, a crise financeira e suas implicações econômicas, políticas e humanas são temas que dominam os embates políticos e, também, a agenda acadêmica, além de motivarem a mobilização de segmentos sociais diversos que tentam se defender de seus efeitos nefastos.

As análises que buscam explicar o fenômeno da financeirização têm enfatizado quase que exclusivamente o caráter sistêmico de dinâmicas definidas a partir de países e instituições dominantes, sendo irradiadas pelos circuitos globais. Além disso, as explicações correntes acerca do comportamento dos mercados financeiros e as justificativas para a implementação de políticas financeiras com alcance global tendem a ter como pressuposto a uniformidade dos contextos sociais em que as práticas financeiras se dão e, também, a universalidade dos padrões de comportamento de todos os atores envolvidos. Nesse tipo de interpretação, tanto o ciclo de crescimento quanto a crise aparecem como efeitos inexoráveis de uma lógica que seria inerente ao funcionamento dos sistemas financeiros, associada à propensão “natural” dos indivíduos para o consumo, que teria sido demasiadamente estimulada pelo acesso praticamente irrestrito ao crédito.

Os artigos que formam o dossiê *Finanças e Sociedade* adotaram perspectivas alternativas a essas visões. São trabalhos que abordam os processos envolvidos no fenômeno da financeirização a partir do campo das ciências sociais – mais especificamente da antropologia e da sociologia econômica. Ao debruçarem-se sobre a vida cotidiana em um pequeno povoado nos Altos de Jalisco, no México, ao tratarem das relações entre os diversos países e Fundo Monetário Internacional, ao analisarem as noções e valores que orientam a vivência prática dos profissionais do mercado de capitais, e também dos grupos populares, problematizando os fenômenos da monetarização das políticas públicas e da financeirização do acesso à moradia, os trabalhos aqui apresentados tornam patente a importância da análise do contexto social para que se possa identificar os atores, os interesses, as lógicas, as ideologias e moralidades envolvidos ou mesmo forjados no desenrolar dos processos de caráter financeiro para que eles sejam efetivamente compreendidos.

Num primeiro cenário de análise, por exemplo, os artigos tratam do fenômeno da financeirização como efeito de processos múltiplos e heterogêneos. Esses artigos nos levam a perceber a diversidade de níveis e de atores envolvidos (agências internacionais, estados nacionais, instituições financeiras, coletivos sociais) em dinâmicas claramente pautadas por relações de poder. A diversidade de interesses, de lógicas de ação, e a capacidade de agência desses atores deixam em aberto a determinação do ritmo dos processos e a configuração de seus resultados.

Em seu artigo sobre as contribuições teóricas da economia política internacional para a compreensão das relações entre o FMI e os países em desenvolvimento, Nemiña nos mostra que estas últimas constituem vínculos complexos e dinâmicos cujos resultados não estão previamente determinados. Dizendo de outra forma: não se trata necessariamente da imposição de um ator e da conformidade de outro, mas do fato de que os interesses em jogo são atores externos, sejam eles institucionais ou nacionais. O autor explica que, embora os EUA desempenhem um papel dominante dentro do FMI, o Fundo não pode ser considerado um mero instrumento da política desse país. Propõe, então, “abrir a caixa preta” para que a compreensão da relação entre o FMI e os países em desenvolvimento leve em conta a incidência dos interesses e das características das burocracias de cada ator envolvido, incluindo os países devedores, que também tomam parte nesses processos.

Jeanne Lazarus, por outro lado, questiona a maneira pela qual se conceitua e analisa o fenômeno da financeirização. Em seu texto “sobre a universalidade

de um conceito” ela pergunta se existiria, de fato, uma financeirização da vida cotidiana na França. A autora considera que essa noção não descreve com precisão as transformações ocorridas nas formas como os franceses lidam com o dinheiro doméstico pois, diferentemente de outros países considerados desenvolvidos, o dinheiro dos lares franceses tende a permanecer bastante distante dos mercados financeiros porque o sistema bancário varejista francês, estruturado nos anos 1960, foi desenhado de forma a “desfinanceirizar”, e também porque, na França, o sistema de bem-estar ainda se mantém no papel de protetor. Apesar disso, a economia francesa está profundamente financeirizada, o que traz como consequência a instabilidade nos níveis de emprego e de renda. Por outro lado, segundo Lazarus, as políticas estatais enfocam cada vez mais orçamento doméstico, agindo no sentido de ajudar os lares a gerirem seus compromissos comerciais. Assim, na França, a ação pública teria se tornado monetarizada.

Indo no mesmo sentido de avaliar os processos de financeirização a partir de seus diferentes contextos, Mariana Luzzi propõe que os momentos de crise sejam tomados como prisma privilegiado para a análise. Ao abordar os conflitos que ocorreram a partir da crise econômica de 2001, na Argentina, envolvendo a negociação das dívidas hipotecárias feitas em dólar, a autora demonstra que a financeirização da vida econômica dos lares pode assumir formas e ritmos diversificados, sendo também capaz de levar à formação de coletivos sociais com interesses específicos distintos. Luzzi insiste, então, na necessidade de uma observação cuidadosa em nível local, através de um olhar que esteja atento tanto aos condicionamentos institucionais quanto às configurações práticas e aos efeitos sociais e políticos.

Outro cenário frutífero para a análise da financeirização são as dinâmicas monetárias e as práticas de consumo cotidiano vivenciadas pelos grupos populares. Os artigos que seguiram nessa direção nos levam a perceber a complexidade das situações que articulam fluxos financeiros de amplitude global e políticas de âmbito nacional aos circuitos econômicos locais e a dinâmicas domésticas. Também nos fazem compreender como cosmovisões, moralidades e formas de contabilidade específicas são capazes de produzir configurações muito particulares deste fenômeno.

Através de um trabalho etnográfico realizado na área metropolitana da cidade de Buenos Aires, Argentina, enfocando o processo de inclusão no mercado de consumo e os programas de transferência monetária a segmentos sociais de baixa renda, o artigo de Ariel Wilkis e Martín Hornes explora dois processos que a sociologia econômica geralmente aborda separadamente: o da financeirização do consumo e o da monetarização das políticas sociais voltadas

para os setores populares. Os autores sugerem que através dessa abordagem é possível perceber uma nova infraestrutura monetária do mundo popular, na qual as finanças e as políticas sociais, apropriadas pelos grupos populares, assumem um caráter convergente.

A realidade cotidiana dos setores populares se mostra vivamente no texto de Gerardo Enrique García Sepúlveda. A partir de uma etnografia realizada em um povoado situado na região de Jalisco, no México, o autor mostra que os atores podem atribuir significações concretas ao dinheiro, e que existem distintas percepções sobre as dinâmicas dos recursos monetários. Através da etnografia, García demonstra que as práticas financeiras da vida cotidiana compõem um emaranhado de valorações que são gestadas em distintas escalas e a partir de diferentes processos: uma combinação de fatores que se inter-relacionam no interior de um marco específico de *calculabilidade* do qual fazem parte as crenças, as cosmovisões, as relações de poder e os juízos morais. Configura-se, dessa forma, um esquema que conjuga múltiplas valorações acerca dos fluxos de dinheiro que se reflete na constituição de uma economia de consumo interno vinculada a figuras financeiras globais-locais.

Seguindo a linha de reflexão sobre as práticas financeiras e a contabilidade de setores populares, José Ossandón, Tomás Ariztía, Macarena Barros e Camila Peralta apresentam uma proposta metodológica alternativa aos estudos clássicos sobre as finanças domésticas, que tendem a enfocar ora os “dispositivos de mercado” utilizados pelas instituições financeiras ora as novas práticas e “modos de cálculo cotidianos” desenvolvidos pelos usuários dos serviços financeiros. Os autores propõem que os estudos sociais das finanças domésticas enfoquem a interseção entre os dois tipos de cálculos – os *big data* dos dispositivos de mercado e os *small data* dos cálculos financeiros cotidianos – onde eles podem ser observados de maneira conjunta. De forma mais específica, o artigo discute sobre alguns dos desafios a serem enfrentados a partir desse novo posicionamento metodológico, tais como as possibilidades de percepção e aproveitamento das “pegadas” deixadas pelos *big data* e as de lidar com a descoberta de circuitos financeiros inesperados.

Um terceiro cenário sobre o qual os pesquisadores se debruçaram para o estudo do fenômeno da financeirização é o próprio mercado de capitais. A análise dos imaginários, das ideologias, das moralidades que legitimam o funcionamento das instituições financeiras e que pautam as práticas de profissionais e investidores são os temas abordados por Ortiz e por Leite.

Através da etnografia realizada em uma multinacional francesa que administrava fundos de investimento que aplicavam no mercado de derivados de crédito lançados nos Estados Unidos, Ortiz mostra as diferenças existentes entre as práticas profissionais burocráticas levadas a cabo pelos funcionários dessa instituição e os significados teóricos dos conceitos que são utilizados para justificá-las. A partir desses dados, o autor argumenta que noções como a de “investidor”, “mercado”, “valor” e “crise” não podem ser utilizadas como conceitos analíticos pois constituem as balizas que definem a imaginação financeira produzida pela própria indústria e também pela regulamentação financeira. Elas formam um discurso que conjuga repertórios técnicos, morais e políticos que legitimam a produção de violentas hierarquias sociais, através da distribuição desigual dos recursos monetários ao nível global.

Partindo da leitura de autores da socioeconomia que explicam como práticas condenadas em determinadas épocas podem ser ressignificadas e ganharem legitimidade social em outras, Elaine Leite analisa como a figura do “especulador ganancioso e irracional”, dominante nos primórdios da história das bolsas e recorrentemente acionada nos períodos das crises que sucedem as chamadas “bolhas” financeiras, transformou-se na atual imagem do “investidor racional”, que legitima o mundo das finanças e que fortalece os programas de educação financeira. A autora mostra como as noções, os discursos e práticas associados a essa imagem são compartilhados pelos diversos agentes e grupos que produzem o mundo das finanças no Brasil.

Complementando os textos contidos no dossiê, temos a resenha do livro de Raquel Rolnik, intitulado “Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças”, elaborada por Moisés Kopper. Esta resenha nos coloca em contato com um trabalho muito denso e fartamente documentado cujo tema está diretamente implicado com as questões levantadas pelos demais artigos que compõem esse número da Civitas. Trata-se do processo de financeirização do acesso à moradia em países como Brasil, Estados Unidos, Reino Unido, Croácia, África do Sul, Cazaquistão, Ruanda, Indonésia, entre outros. A autora demonstra como os mercados financeiros substituíram ou encompassaram as políticas públicas de habitação, regulando a alocação da moradia e redesenhando a arquitetura das cidades, num processo que se deu com a cumplicidade do estado e dos cidadãos “em via de se tornarem consumidores”.

Os artigos que compõem esse dossiê demonstram claramente a diversidade dos processos envolvidos no fenômeno da financeirização e como as dinâmicas e os efeitos produzidos por esses processos podem ser

variados e desiguais. O panorama oferecido por esses trabalhos contribui para a abertura de novas perspectivas para se pensar o lugar das finanças na vida social e, assim, compreendermos melhor a complexidade da vida social contemporânea.

*Lúcia Müller\**

*(Pucrs)*

*Magdalena Villarreal\*\**

*(Ciesas/Occidente)*

---

\* Doutora em Antropologia Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, DF, Brasil), professora do PPG em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Pucrs) em Porto Alegre, RS, Brasil <[lucia.helena@pucrs.br](mailto:lucia.helena@pucrs.br)>.

\*\*Doutora em Antropologia Social pela Universidad Agrícola de Wageningen (Holanda), professora do Centro de Investigación y Estudios Superiores en Antropología Social (Ciesas/ Occidente), em Guadalajara, México <[magdalena.villarreal@gmail.com](mailto:magdalena.villarreal@gmail.com)>.